



PROGRAMA

Apresentação

As estatísticas anuais publicadas pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e pela Direção-Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça confirmam a tendência de crescimento constante da litigância na jurisdição administrativa e fiscal, acompanhada pelo aumento do número de profissionais e especialistas dedicados ao Direito Administrativo e ao Direito Tributário. Não é por isso de espantar que, nos últimos anos, o poder político tenha revelado uma crescente e contínua aposta na formação de magistrados nas áreas do Contencioso Administrativo e Tributário, como o confirma a abertura dos III (2014), IV (2016), V (2018), VI (2019), VII (2020), VIII (2021) e IX (2021) concursos de ingresso e cursos no Centro de Estudos Judiciários para o preenchimento de vagas na magistratura dos tribunais administrativos e fiscais, sendo previsível que durante o ano de 2022 seja aberto um novo concurso para preenchimento de mais lugares de auditor de justiça, destinados à jurisdição administrativa e fiscal.

As intervenções legislativas nos domínios do Direito Administrativo e do Direito Tributário evidenciam, por sua vez, a necessidade permanente de todos os operadores jurídicos na atualização dos seus conhecimentos nestas áreas, valendo a pena destacar, entre outras, as reformas do IRC e do IRS (2014), a aprovação e entrada em vigor de um novo Código do Procedimento Administrativo (2015), a reforma do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) (2015), a revisão do Código dos Contratos Públicos (2017) ou a aprovação da Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, entretanto alterada pela Portaria n.º 267/2018, de 20 de setembro, relativa à tramitação eletrónica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal.

Mais recentemente, a aprovação no fim da anterior legislatura do pacote legislativo para a *Reforma da Jurisdição Administrativa e Fiscal* preparado pelo XXI Governo Constitucional (Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro, que alterou o ETAF, e Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, que modificou regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas, nomeadamente ao CPTA e ao Código de Procedimento e Processo Tributário), vem suscitar novos desafios neste domínio, a que acresce ainda a publicação do Decreto-Lei n.º 174/2019, de 13 de dezembro, que veio proceder à criação de juízos de competência especializada (juízo administrativo comum, juízo administrativo social, juízo tributário comum e juízo de execução fiscal e de recursos contraordenacionais) em determinados tribunais administrativos e fiscais.

Este conjunto de circunstâncias dá o mote para que o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa organizem, em cooperação, a VI edição do Curso de Pós-Graduação em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário*, colhendo os frutos muito positivos do Curso Intensivo e dos Cursos de Pós-Graduação já realizados nos anos anteriores.

Destinado a Advogados, Juízes, Estudantes, trabalhadores do setor da Administração Pública ou da Justiça com interesse particular nas áreas do Direito Administrativo e do Direito Tributário, o Curso de Pós-Graduação estrutura-se sob dois eixos fundamentais: (i) por um lado, o objetivo de estabelecer a ponte entre os conceitos e institutos fundamentais de Direito Administrativo e Direito Tributário substantivo com as técnicas e instrumentos dos respetivos ramos de Direito Processual; (ii) por outro lado, a ambição de aproximar os conhecimentos teóricos de Direito Administrativo, Direito Tributário e Teoria do Processo com os aspetos práticos de organização, funcionamento e prática processual nos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Procurará deste modo proporcionar-se uma visão atual e dinâmica em torno da atividade administrativa e tributária e da jurisdição administrativa e fiscal, calibrada com uma visão dos meios processuais adequados ao exercício e proteção dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, o que se afigura indispensável para uma perceção adequada e equilibrada sobre a atividade dos serviços da justiça e da sua relevância numa sociedade dominada pelo conhecimento.

Para o efeito, tendo em vista o debate sobre temas da maior atualidade na prática da Administração Pública e da Administração Tributária, o Curso integrará, em cada um dos Módulos, não só uma particular atenção à análise crítica da jurisprudência dos Tribunais Administrativos e Fiscais, mas também a preocupação em habilitar os alunos à preparação de peças processuais, numa lógica de *law in action*.

Contencioso Administrativo

8 de março

18h30 | Aventuras e desventuras do novo Processo Administrativo Português do Século XXI

- Vasco Pereira da Silva

20h15 | Âmbito da jurisdição administrativa (delimitação material e intervenção do Tribunal dos Conflitos)

- Domingos Soares Farinho

15 de março

18h30 | Competência e funcionamento dos Tribunais Administrativos

- Ana Fernanda Neves

20h15 | Pressupostos processuais gerais relativos às partes (I): capacidade e personalidade judiciárias; legitimidade processual ativa e passiva; patrocínio forense e representação judiciária

- Rita Curro

22 de março

18h30 | Pressupostos processuais gerais relativos às partes (II): ação pública e ação popular no Contencioso Administrativo

- Diogo Calado

20h15 | Pressupostos processuais gerais relativos às partes (III): delimitação e estatuto dos contrainteressados

- Francisco Paes Marques

29 de março

18h30 | Ações de impugnação de atos administrativos (I): aspetos gerais sobre o regime de invalidade dos atos administrativos

- André Salgado de Matos

20h15 | Ações de impugnação de atos administrativos (II): objeto e pressupostos processuais específicos (impugnabilidade; legitimidade; prazos de impugnação)

- Marco Caldeira

5 de abril

18h30 | Ações de condenação à prática de atos administrativos (I): omissões administrativas, atos negativos e meios de reação

- Alexandre Sousa Pinheiro

(Sessão adiada para 2 de maio)

20h15 | Ações de condenação à prática de atos administrativos (II): objeto e pressupostos processuais específicos; poderes de pronúncia do juiz

- Pedro Lomba

19 de abril

18h30 | Ações sobre regulamentos (I): aspetos gerais sobre o regime procedimental e substantivo dos regulamentos administrativos

- Pedro Moniz Lopes

(Sessão adiada para 2 de maio)

20h15 | Ações sobre regulamentos (II): objeto e pressupostos processuais específicos; efeitos das sentenças

- Pedro Delgado Alves

(Sessão adiada para 5 de julho)

18h30 | Ações sobre contratos: conceitos gerais sobre o regime substantivo dos contratos da Administração e implicações processuais

- Maria João Estorninho

26 de abril

20h15 | Ações de responsabilidade: conceitos gerais sobre responsabilidade civil da Administração e implicações processuais

- Mafalda Carmona

3 de maio

18h30 | Ações inibitórias e ações de simples apreciação

- Rui Lanceiro

20h15 | Tramitação da ação administrativa (I): fase dos articulados; saneamento e condensação; instrução; audiência final e alegações; julgamento

- José Duarte Coimbra

10 de maio

18h30 | Tramitação da ação administrativa (II): modificações objetivas da instância (o regime dos artigos 45.º e 45.º-A do CPTA em especial)

- Dora Lucas Neto

20h15 | Tramitação da ação administrativa (III): apensação e seleção de processos com andamento prioritário; consulta prejudicial e julgamento em formação alargada

- João Tiago Silveira

17 de maio

18h30 | Processos urgentes (I): contencioso eleitoral; contencioso dos procedimentos de massa

- Miguel Prata Roque

20h15 | Processos urgentes (II): contencioso pré-contratual

- Miguel Assis Raimundo

24 de maio

18h30 | Processos urgentes (IV): intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias

- Sofia David

20h15 | Processos urgentes (III): intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões

- João Miranda

31 de maio

18h30 | Contencioso da nacionalidade, do asilo e dos estrangeiros

- Dinamene de Freitas

20h15 | Contencioso das contraordenações urbanísticas

- Claudio Monteiro

7 de junho

18h30 | Providências Cautelares (I): âmbito e critérios de decretamento

- Fausto de Quadros

20h15 | Providências Cautelares (II): tramitação; antecipação da decisão da causa principal; decretamento provisório

- Jorge Pação

(Sessão adiada para 29 de junho)

18h30 | Providências Cautelares (III): suspensão da eficácia de atos e normas; providências relativas à formação de contratos; regulação provisória de quantias

- Ana Gouveia Martins

21 de junho

19h00 | Processos executivos (execução para a prestação de factos ou de coisas; execução para o pagamento de quantia certa; execução de sentenças de anulação de atos administrativos)

- Cecília Anacoreta Correia

28 de junho

18h30 | Recursos Jurisdicionais (regime geral; apelação; revista; uniformização de jurisprudência; revisão)

- Sandra Lopes Luís

20h15 | A arbitragem administrativa: aspetos gerais

- Tiago Serrão

Contencioso Tributário

10 de março

18h30 | O contencioso tributário e os problemas atuais da justiça tributária

- Rogério Fernandes Ferreira

20h15 | A justiça tributária na perspetiva do advogado; os tempos da justiça

- Rogério Fernandes Ferreira

17 de março

18h30 | A relação jurídica tributária e os poderes da Administração Tributária

- Jesuíno Martins

20h15 | Os princípios do procedimento e do processo tributário; a responsabilidade tributária

- Jesuíno Martins

24 de março

18h30 | Psicologia da litigância (I): aspetos gerais e intercessão da Psicologia no Direito; psicologia forense: perceção e suas limitações, procedimentos de aquisição e de identificação

- Carlos Poiães

20h15 | Psicologia da litigância (II): as emoções, os factos e a sua descrição; narração e verdade no testemunho; psicologia do julgador e perícias psicológicas, Cognição e técnicas de interrogatório

- Carlos Poiães

31 de março

18h30 | A derrogação do sigilo bancário e o acesso à informação financeira (I): enquadramento e pressupostos

- Vasco Valdez

20h15 | A derrogação do sigilo bancário e o acesso à informação financeira (II): competência e meios de defesa

- Vasco Valdez

7 de abril

18h30 | Procedimento de inspeção tributária (I): princípios, âmbito e tipologia da ação de inspeção tributária

- Jesuíno Martins

20h15 | Procedimento de inspeção tributária (II): marcha do procedimento, ónus da prova e fundamentação dos atos tributários

- Jesuíno Martins

21 de abril

18h30 | O procedimento de liquidação: na Administração Tributária e na Segurança Social

- Jesuíno Martins

20h15 | A extinção da relação jurídica tributária: vicissitudes e patologias

- Jesuíno Martins

28 de abril

18h30 | Os meios impugnatórios de natureza administrativa (I): o pedido de revisão da matéria tributável e o pedido de revisão do ato tributário

- Vasco Valdez

20h15 | Os meios impugnatórios de natureza administrativa (II): a reclamação graciosa e o recurso hierárquico

- Vasco Valdez

5 de maio

18h30 | O processo de execução fiscal (I): instauração, citação e penhora de bens

- Jesuíno Martins

20h15 | O processo de execução fiscal (II): reclamação de créditos, e vendas de bens e meios impugnatórios; a efetivação da responsabilidade subsidiária

- Jesuíno Martins

12 de maio

18h30 | As metodologias de avaliação da matéria tributável: avaliação direta e indireta / As manifestações de fortuna e acréscimos patrimoniais

- Vasco Valdez

20h15 | Cláusula geral e específicas antiabuso / Procedimento de avaliação dos bens patrimoniais

- Vasco Valdez

19 de maio

18h30 | A impugnação judicial (I): objeto, função, fins e sujeitos processuais; os sujeitos processuais e a petição inicial; causa de pedir e pedido; prazos, justo impedimento, patrocínio judicial e valor da ação

- Catarina Almeida Sousa

(Agendado para 1 de junho)

20h15 | A impugnação judicial (II): retórica processual e argumentação jurídica e factual; nulidades, apensação de ações e suspensão da instância; a marcha processual

- Catarina Almeida Sousa

26 de maio

18h30 | A instância (I): começo, desenvolvimento, suspensão, interrupção, extinção; despacho liminar, sanação de deficiências; impugnações de causas específicas/especiais

- Tânia Meireles da Cunha

20h15 | A instância (II): contestação/reposta, conhecimento imediato do pedido; audição sobre questões prévias, diligências de prova; articulados supervenientes, alegações e sentença

- Tânia Meireles da Cunha

2 de junho

18h30 | A impugnação judicial na perspetiva do credor tributário / A contestação; a revogação do ato tributário

- Jesuíno Martins

20h15 | O contencioso administrativo e judicial da Segurança Social

- Jesuíno Martins

9 de junho



18h30 | A instância (III): pressupostos processuais, audiência preliminar; enunciação dos temas de prova e princípios da dinâmica da prova; audiência de julgamento, poderes de cognição/poderes do juiz

- Raquel Reis

20h15 | Meios processuais acessórios / Providências cautelares e incidentes

- Raquel Reis

23 de junho

18h30 | Recursos Jurisdicionais no Contencioso Tributário (I): regime dos recursos dos atos jurisdicionais praticados no processo judicial tributário; recurso por oposição de acórdãos e recurso de revista

- Cristina Flora

20h15 | Recursos Jurisdicionais no Contencioso Tributário (II): reclamação e recurso na ação administrativa e meios acessórios; Reenvios Prejudiciais; Recurso Arbitral

- Cristina Flora

30 de junho

18h30 | A arbitragem tributária (I): o pedido arbitral e o processo arbitral, a vinculação da Autoridade Tributária e Aduaneira, legitimidade, prazos e constituição do tribunal; a marcha do processo, a decisão e a dissolução do tribunal arbitral

- António Fontoura

20h15 | A arbitragem tributária (II): aspetos gerais, âmbito e fins da arbitragem tributária; enquadramento europeu e internacional da arbitragem tributária

- Clotilde Celorico Palma

Aula Reagendada:

5 de julho

20h15 | Miguel Prata Roque



INFORMAÇÕES

O curso será ministrado online, pela Plataforma Zoom.

Duração e horário

90 horas letivas, repartidas por 60 aulas (1,5h) em horário pós-laboral, de 8 de março a 30 de junho de 2022, sendo admitida a inscrição e frequência global ou separada em cada um dos módulos de Contencioso Administrativo (30 sessões) /Contencioso Tributário (30 sessões)

Número de vagas: 35 participantes (admitidos segundo ordem de inscrição)

Propina

- Curso completo (60 aulas ´ 1,5h): € 1100
- Módulos separados (30 aulas ´ 1,5h): € 700

Certificados e Avaliação

Será emitido um **Certificado de Frequência** aos alunos que tenham estado presentes em, no mínimo, três quartos das sessões correspondentes ao módulo ou módulos em que estejam inscritos.

A emissão de um **Certificado de Pós-Graduação** depende da entrega de um trabalho escrito, a elaborar e a avaliar nos termos do Regulamento que acompanha este Programa. Aos alunos que frequentem os dois módulos e elaborarem com aproveitamento o trabalho escrito (em qualquer área) será atribuído um Certificado em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo e Tributário*; aos alunos que frequentem apenas um dos módulos e elaborem com aproveitamento o trabalho escrito será atribuído, respetivamente, um Certificado em *Teoria e Prática de Contencioso Administrativo* ou *Teoria e Prática de Contencioso Tributário*.

Inscrições

- Inscrições *online* até ao dia 04 de março de 2022.
 - **Curso completo** - através do botão respetivo, no menu vermelho, acima nesta página.
 - **Apenas Módulo de Contencioso Administrativo** - [inscreva-se aqui](#)
 - **Apenas Módulo de Contencioso Tributário** - [inscreva-se aqui](#)
- Não necessita enviar comprovativo dos pagamentos multibanco feitos na sequência da inscrição *online*, pois eles são enviados diretamente pela rede.
- As inscrições ficam confirmadas com a regularização do respetivo pagamento.
- As entidades que necessitem de emissão prévia de fatura, deverão contactar o secretariado do ICJP, após efetuarem a inscrição *online*, onde deverão selecionar a modalidade de pagamento por transferência bancária. No caso de múltiplas



VI CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PRÁTICA CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO (202

inscrições regularizadas com um único pagamento, quando do envio do comprovativo, deverão ser identificadas as inscrições a que o mesmo diz respeito.

Contactos

Dra. Telma Oliveira, de 2.ª a 6.ª, 11h00-13h30 e 14h30-19h00.

Telefone: 217820265 – Telemóvel: 933469330 – e-mail: icjp@fd.ulisboa.pt



FICHA TÉCNICA

Coordenadores:

- Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva
- Prof.ª Doutora Clotilde Celorico Palma
- Prof. Doutor João Miranda

Assessor científico:

- Dr. José Duarte Coimbra